

08/08/2018 às 05h00

Com PL, distribuidoras teriam investidores interessados em leilão

Por Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo



O mercado de energia elétrica enxerga interesse de companhias e até de disputa no leilão das quatro distribuidoras da Eletrobras localizadas no Norte - Amazonas Distribuidora de Energia (AM), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Eletroacre (AC) -, marcado para 30 de agosto na B3. A não realização do leilão e consequente liquidação das concessões, porém, seria "catastrófica" para o setor, podendo deixar os mais de 10 milhões de habitantes desses Estados sem um fornecedor de energia a partir de 2019.

Na avaliação de especialistas e executivos do setor, o baixo quórum do leilão da distribuidora piauiense Cepisa, no fim de julho, vencido pela Equatorial Energia, única participante, não pode ser encarado necessariamente como um termômetro para as próximas licitações, pois os ativos são diferentes.

"Cada empresa analisamos de forma individualizada. As condições que são colocadas em cada empresa variam muito. Algumas empresas têm mais dívida, outra tem mais contingência, a questão da distância do nível regulatório [estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)] é diferente", disse o executivo de uma empresa do setor. "Cada empresa está de um jeito. Então cada análise é feita de um jeito. Continuamos avaliando as empresas que têm leilão previsto para o fim de agosto".

Um fator determinante para o sucesso do leilão das distribuidoras do Norte é, de fato, a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei (PL) que garante neutralidade de custos e soluciona pendências financeiras dessas empresas para o próximo controlador. A expectativa do governo é que o PL seja aprovado antes do leilão. "Para elas [distribuidoras] serem viabilizadas, é preciso aprovar o PL", disse o executivo.

Mesmo as distribuidoras Ceron e Eletroacre, que não dependem diretamente do PL para serem viáveis, ficam consideravelmente mais "atrativas" com a mudança na legislação.

A não aprovação do PL é um cenário temido pelo setor elétrico pois não há "plano B" para as concessões desses estados. O mesmo vale para a Ceal, do Alagoas, cuja privatização está vetada por uma liminar do Supremo Tribunal de Justiça (STF). Juntas, as três concessões têm mais de 3 milhões de unidades consumidoras, que ficarão sem um concessionário de energia a partir de janeiro, caso a privatização não saia. Sem recursos para investir nessas empresas, a Eletrobras devolveu as concessões em julho de 2016, e está prestando o serviço apenas como "designada".

O cenário também é péssimo para a Eletrobras, que teria um custo de R\$ 21 bilhões com a liquidação das concessões.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, o fato de a Equatorial ter sido a única participante do leilão da Cepisa não indica necessariamente que as distribuidoras da Eletrobras não são atrativas. "O prêmio pago pela Equatorial Energia mostrou que ela via atratividade na Cepisa", disse o especialista.

Segundo ele, os demais grupos de energia do país estão olhando as outras empresas da Eletrobras. Há interesse também pela Ceal, cuja privatização está suspensa por liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski, no contexto de uma disputa entre o governo do Estado e a União.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, a participação de uma única empresa no leilão da Cepisa não foi algo negativo. "Havia uma conjuntura apertada e alguns players já tinham se posicionado em outros ativos [Como a Enel, que adquiriu recentemente a Eletropaulo]. Todas as distribuidoras da Eletrobras são difíceis, mas seguramente as empresas estão olhando para elas", disse.

Centrais sindicais, contrárias à privatização das distribuidoras, porém, têm trabalhado junto aos senadores para tentar evitar a votação do projeto, pelos menos antes das eleições, o que já comprometeria o leilão previsto para o fim deste mês. "Estamos indo aos gabinetes dos senadores", disse Nailor Gato, vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e presidente do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia (Sindur-RO).